

# Análise de políticas públicas de enfrentamento da pobreza rural na perspectiva do desenvolvimento territorial: estudos de caso em diferentes territórios no Brasil

GT07: Desenvolvimento Territorial e Local: desigualdades e descentralização

LEITE, Sérgio Pereira<sup>1</sup>  
BONNAL, Philippe<sup>2</sup>  
CAZELLA, Ademir Antônio<sup>3</sup>  
DELGADO, Nelson Giordano<sup>4</sup>  
GRISA, Catia<sup>5</sup>  
MALUF, Renato Jamil<sup>6</sup>  
MATTEI, Lauro<sup>7</sup>  
TECCHIO, Andréia<sup>8</sup>  
ZIMMERMANN, Silvia Aparecida<sup>9</sup>

## Resumo:

O artigo apresenta pesquisa desenvolvida pelo Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA/CPDA), em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), a qual buscou analisar as interfaces entre as políticas de desenvolvimento territorial e o enfrentamento da pobreza rural. Além de levantamento bibliográfico e documental, foram selecionados seis territórios da cidadania para pesquisa de campo, envolvendo várias entrevistas com representantes da sociedade civil e do poder público. Mais do que reconhecer as limitações do emprego da abordagem territorial nas políticas públicas, o artigo analisa os avanços e limitações no combate à pobreza rural. Os diferentes casos revelam a prevalência de políticas orientadas para a assistência social e certo arrefecimento das políticas que buscam alterações mais estruturais nas famílias rurais pobres.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento territorial, políticas públicas, pobreza rural.

## 1. Introdução

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e Coordenador do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA). E-mail: sergioleite@ufrj.br

<sup>2</sup> Pesquisador do Centre de *Coopération Internationale de Recherches Agronomiques pour le Développement* (CIRAD), da França e pesquisador do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura. E-mail: philippe.bonnal@cirad.fr;

<sup>3</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC) e pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. E-mail: aacazella@gmail.com

<sup>4</sup> Professor do CPDA/UFRRJ e pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. E-mail: nelsongdelgado@gmail.com;

<sup>5</sup> Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) e pesquisadora do OPPA/CPDA/UFRRJ. E-mail: catiagrisa@yahoo.com.br;

<sup>6</sup> Professor do CPDA/UFRRJ e pesquisador OPPA/CPDA/UFRRJ. E-mail: rsmaluf@gmail.com;

<sup>7</sup> Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Econômicas e de Administração da UFSC e pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. E-mail: mattei@cse.ufsc.br;

<sup>8</sup> Doutoranda do CPDA/UFRRJ. E-mail: deiatecchio@yahoo.com.br.

<sup>9</sup> Pós-Doutoranda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e pesquisadora do OPPA/CPDA/UFRRJ. E-mail: silviazcpda@yahoo.com.br

O tema da pobreza vem ocupando crescente destaque nas agendas públicas nacionais e internacionais (Otte *et al.*, 2012; Ravallion, 2011; IPEA, 2011; Osório, Soares e Souza, 2011; Dixon, Gulliver e Gibbon, 2001). Mesmo que conceitos sejam distintos, que indicadores variem e que as perspectivas de ações sejam heterogêneas, é inegável a centralidade do problema da pobreza enquanto um tema eminentemente político. É importante registrar a evolução da temática que migrou de uma compreensão estritamente econômica para uma concepção mais ampla no campo do desenvolvimento social, incluindo os direitos humanos e os direitos sociais. Percebe-se, também, um conjunto de inovações institucionais e das próprias políticas públicas, as quais passaram a desenvolver ações de forma mais cooperada e a considerar os atores sociais como elementos-chave no processo de enfrentamento da pobreza.

O Brasil não ficou indiferente neste contexto e diversas ações e políticas públicas vêm sendo desenvolvidas nessa direção, embora o fenômeno da pobreza não seja propriamente recente no país, tendo suas raízes inscritas no processo de formação econômica do Brasil (Mattei, 2012; Delgado, 2005; Fagnani, 1999, 1997).

No que concerne ao meio rural, algumas inovações institucionais importantes que contribuem para a redução da pobreza rural merecem ser destacadas, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat)<sup>10</sup>, criado em 2003, e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), instituído em 2008, os quais serão analisados neste trabalho.

Este artigo procura analisar o emprego da abordagem territorial nas políticas públicas brasileiras, enfatizando principalmente as interfaces dessas com os processos de enfrentamento da pobreza no meio rural. Este documento resulta de pesquisa intitulada “Aperfeiçoamento das políticas públicas de enfrentamento da pobreza rural na perspectiva do desenvolvimento territorial”, desenvolvida pelo Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA/CPDA) em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) (Leite, 2013). Além de levantamento bibliográfico e documental, foram selecionados seis territórios da cidadania para pesquisa de campo: Meio Oeste Contestado (SC); Irecê (BA); Sertão Ocidental (SE); Serra Geral (MG); Território Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos (RR) e Sudeste Paraense (PA)<sup>11</sup>. A seleção destes territórios levou em conta indicadores de vulnerabilidade social da população rural, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre outros. A pesquisa de campo foi realizada em meados de 2012, envolvendo inúmeras entrevistas e reuniões com representantes da sociedade civil e do poder público que atuam nos territórios, visando averiguar *in loco* as dinâmicas sociais e produtivas e seus possíveis rebatimentos sobre as condições de vulnerabilidade da população rural a partir da entrada das políticas de desenvolvimento territorial.

A discussão dos resultados da pesquisa neste trabalho foi organizada em duas seções, somadas a esta introdução e as considerações finais. A primeira apresenta minimamente as políticas territoriais, evidenciando a vinculação destas à questão da pobreza, e a segunda foca os estudos de caso e apresenta dados mais específicos dos territórios e do comportamento dos programas territoriais nestes locais.

## **2. Pobreza rural no Brasil e políticas públicas de abordagem territorial**

A pobreza rural no Brasil é tributária da ocupação e formação econômica do país e, particularmente, do rápido processo de industrialização e de urbanização que comportou a contradição de promover grande expansão da produção econômica com danosos resultados sociais, notadamente, os

<sup>10</sup> O Pronat é também conhecido como Programa Territórios Rurais de Identidade (PTRI) e seus recursos financeiros são originários da Ação Orçamentária de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf).

<sup>11</sup> Para os *surveys* realizados nos estados da Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Roraima e Pará, contou-se com a colaboração dos seguintes especialistas: Claudio Lasa (consultor), Eliano Lopes (UFS), Rômulo Barbosa (Unimontes), Daniel Rosar (UFRR) e William Assis (UFPA). Os relatórios desta pesquisa compõem dois volumes da Série Desenvolvimento Rural Sustentável do IICA, publicados em Leite (2013).

elevados índices de pobreza. Ademais, outros determinantes históricos da pobreza rural no Brasil somam-se a este processo, tais como restrições no acesso à terra, limitações da educação oferecida, dificuldades no acesso aos mercados, privações de acesso a serviços básicos e deficiências de infraestrutura em várias áreas. Dados da PNAD (IBGE, 2013) revelam que para uma população rural total de 30,7 milhões de pessoas, 8,1 milhões de pessoas eram classificadas como extremamente pobres, sendo a distribuição destas muito desigual entre as regiões brasileiras.

Como mencionado acima, desde 2003 o governo brasileiro adotou o recorte territorial como o locus para a implementação e a articulação de algumas políticas públicas destinadas ao meio rural, seja visando promover o protagonismo dos atores sociais para a construção e a governança do desenvolvimento de seus territórios, seja para potencializar os resultados e os impactos das políticas públicas.

A partir de 2008 intensificou-se nesta proposta o objetivo de superação da pobreza, enfatizando a geração de trabalho e renda, o desenvolvimento econômico e a universalização de programas básicos de cidadania nos territórios. O Pronat e o PTC são os principais exemplos de políticas públicas baseadas no enfoque territorial do desenvolvimento.

O Pronat está no cerne da formação da própria Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ocorrida em 2003, durante o início do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

O conceito de território adotado oficialmente diz respeito a “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (SDT, 2005). Ao utilizar esse referencial, a SDT pretende aproximar as ações governamentais às demandas locais.

Entre os critérios utilizados pela SDT para identificar os Territórios Rurais estão: i) conjunto de municípios com média de até 50 mil habitantes; ii) conjunto de municípios com densidade populacional menor que 80 habitantes/km<sup>2</sup>; iii) maior concentração do público prioritário do MDA (agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, famílias assentadas, o que caracteriza maior intensidade de demanda social); iv) conjunto de municípios integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local e Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional.

Contando atualmente com 239 territórios rurais, o Pronat busca nortear os atores do setor da agricultura familiar na elaboração de projetos territoriais. Por meio de um conjunto de institucionalidades, os atores locais são estimulados a construir, selecionar, desenvolver e realizar o controle social de projetos coletivos que venham a atender as demandas produtivas, econômicas, culturais, ambientais e sociais dos territórios (por exemplo, a construção de centrais de comercialização de produtos da agricultura familiar, aquisição de máquinas e equipamentos, construção de agroindústria, cursos de capacitação etc.). A criação do Pronat baseou-se na vontade política de romper com o isolamento socioeconômico dos agricultores familiares, mediante o reconhecimento de seus papéis fundamentais nas dinâmicas territoriais, proporcionando-lhes apoio institucional e financeiro para ampliarem seus desempenhos.

Durante o processo de identificação dos Territórios Rurais, entendeu-se que alguns territórios apresentavam-se economicamente mais fragilizados que outros, e, com isso, necessitavam de atenção emergencial com ações mais articuladas. A partir dessa percepção emergiu o PTC em 2008, com o mesmo referencial conceitual dos Territórios Rurais, mas com uma gestão bem mais complexa, articulando ações de mais de 20 Ministérios. A prioridade era atender territórios que apresentavam baixo acesso a serviços básicos, índices de estagnação na geração de renda e, carência de políticas integradas e sustentáveis para autonomia econômica de médio prazo. Deste modo, entre o conjunto de

Territórios Rurais foram selecionados os Territórios da Cidadania. Organizado desde 2009 em 120 territórios, o PTC tem por objetivo a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural através de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Não é tanto o objetivo do PTC conceber ações públicas inovadoras, mas sim, melhorar a articulação das numerosas políticas já existentes, objetivando criar efeitos territoriais sinérgicos.

Pronat e PTC apresentam posturas distintas e complementares em relação à redução da pobreza rural. O enfrentamento direto à pobreza rural não está contemplado explicitamente nas metas do Pronat. Sua atuação referente a este tópico é indireta, sendo ela o efeito do processo sistêmico de ampliação das atividades econômicas e da dinamização da solidariedade entre os atores dos territórios. Distintamente, o PTC pretende defrontar-se diretamente com as causas da estagnação socioeconômica, da qual a pobreza e a desigualdade são algumas das manifestações mais visíveis.

### **3. Políticas territoriais de combate à pobreza: uma análise a partir de seis estudos de caso**

Como mencionado na introdução, a pesquisa que dá origem a este artigo partiu da realização de pesquisa de campo em seis territórios da cidadania. Organizada em subitens, esta seção busca apresentar os projetos territoriais executados pelo Pronat e as ações executadas no âmbito do PTC em cada um deles e as vinculações destes com a questão da pobreza rural.

#### **3.1 Pronat: projetos territoriais e sua interface com a pobreza rural**

Esta seção traz para a análise os projetos territoriais apoiados pelo Pronat nos territórios pesquisados e sua interface com a questão da pobreza rural. Esta análise parte dos dados do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) do MDA, oriundos da Base de Dados da Caixa Econômica Federal, atualizada em 15 de agosto de 2012. A seguir destacam-se os projetos apoiados em cada território, o estágio de implementação e às áreas que procuram contemplar.

Entre 2003 e 2011, o Território Irecê, na Bahia, foi contemplado com 19 projetos apoiados pelo Pronat, com um total de recursos de cerca de R\$ 5 milhões, dos quais 70% foram destinados a projetos aprovados até o ano de 2007 (SGE, s.d.). Segundo informações da SGE/SDT, quatro destes projetos não haviam sido iniciados até o momento da pesquisa e os demais encontravam-se concluídos, ainda que alguns enfrentavam dificuldades de governança e de gestão (conflitos entre os atores sociais do território, legalização das organizações, capacidade ociosa dos investimentos) (Lasa e Delgado, 2013).

Identificou-se certa concentração de projetos em determinados municípios, dado que o território é composto 20 municípios. Os dois municípios com a maior proporção de pessoas em extrema pobreza em 2010 do território não dispunham de nenhum projeto em execução. Por sua vez, o município que apresentava a menor proporção de pessoas em situação de extrema pobreza, canalizou 41% dos recursos do Pronat.

De acordo com Lasa e Delgado (2013), a grande maioria dos projetos atende as demandas da agricultura familiar, categoria com maior peso político no território e no colegiado, o que provoca tensões e conflitos com atores vinculados a outros setores, como social e educacional. Para os autores, o colegiado do Território Irecê não aprovou nenhum projeto estruturante de caráter produtivo ou de infraestrutura social direcionado para os segmentos em extrema pobreza do território, exceto o projeto de construção de um galpão para beneficiamento de frutas nativas e aquisição de equipamentos e embalagens das frutas nativas, que seria utilizado e gerido pelo grupo de mulheres da Associação Quilombola de Pedra Lisa. Todavia, isso não vem ocorrendo devido a dificuldades de gestão criadas pela prefeitura do município, sendo a estrutura utilizada por outros grupos sociais (Lasa e Delgado, 2013).

No período 2003-2011, o Território Sertão Ocidental (Sergipe) foi beneficiado com 44 projetos territoriais, perfazendo um total de cerca de R\$ 12,3 milhões. Segundo informações da SGE/SDT, sete

projetos encontravam-se em atraso, um paralisado e nove não haviam sido iniciados, sendo a quase totalidade de projetos nesta condição propostos a partir de 2008. Dos 19 municípios que conformam o território, 14 foram proponentes de projetos, dois foram os beneficiários mais assíduos, com 20 projetos no total, contemplados com mais de 50% dos recursos aportados ao território. Conforme a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag, 2011), um deles é um dos municípios do território com o maior percentual de domicílios em situação de extrema pobreza. Como visto, um dos municípios é um importante beneficiário do Pronat, no entanto o outro sequer foi proponente de projetos.

Cerca de 18 projetos do território tiveram como foco a aquisição, construção ou aperfeiçoamento de infraestruturas produtivas agropecuárias, alguns desses incluindo também capacitação dos agricultores. Em torno de 15 projetos visaram apoiar a comercialização no território, seja na forma de um centro de comercialização de artesanato, que atende toda a região, seja por meio da ampliação de mercados municipais, ou ainda pela construção de um Centro de Comercialização da Agricultura Familiar. Três outros projetos visaram contribuir com a educação no território: a ampliação e readequação de uma escola agrícola municipal e a construção de um Centro de Formação de Agricultores Familiares. Chamam atenção também os projetos que buscaram o fortalecimento das organizações de assistência técnica e extensão rural do território, e a própria gestão e estruturação da institucionalidade territorial. Em seu conjunto, a maioria dos projetos territoriais foi direcionada às atividades agrícolas e à agricultura familiar. O artesanato também parece ser objeto de atenção das ações territoriais. Cabe ressaltar, como observam Lopes, Delgado e Grisa (2013), que há uma demanda do território pela formação de um núcleo de técnicos que possa apoiar na formulação, implementação, acompanhamento e reestruturação (quando for o caso) dos projetos territoriais.

O Território Serra Geral, em Minas Gerais, foi contemplado com 37 projetos entre 2003 e 2010, perfazendo um total de cerca de R\$ 4,2 milhões, sendo que 89% dos projetos e 78% dos recursos foram aprovados até o ano de 2007 (SGE, s.d). Conforme a SGE/SDT, fora um projeto de 2010, todos os demais encontravam-se concluídos. Exceto um município, todos os demais foram proponentes de projetos territoriais no período citado. Seis municípios apareciam com o maior número de projetos propostos.

Em torno de 25 projetos do Território Serra Geral foram destinados à aquisição, construção ou aperfeiçoamento de infraestruturas produtivas agropecuárias, principalmente para a cadeia leiteira, sendo que alguns destes projetos também incluem atividades de preservação ambiental. Seis projetos foram destinados à estruturação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e dos departamentos/secretarias municipais de agricultura. Um projeto proposto buscou a promoção e o apoio à população quilombola. Outro projeto teve como objetivo a estruturação do turismo no município. Da mesma forma que os territórios anteriormente analisados, a grande maioria dos projetos foi orientada para o setor agrícola, privilegiando basicamente a categoria dos agricultores familiares.

De acordo com Barbosa, Zimmermann e Tecchio (2013), algumas situações observadas na governança e na gestão de alguns destes projetos geraram conflitos e descrença em relação à institucionalidade territorial. Para os autores, os entrevistados relataram dois projetos cujas máquinas e equipamentos adquiridos não foram direcionados para o público acordado previamente (agricultores familiares), sendo destinados aos agricultores patronais do município ou para uso da prefeitura municipal. Aparentemente, essas situações expõem a relativa fragilidade e dependência do colegiado diante das prefeituras (bem como de agências do governo estadual) quando se trata de projetos de investimento, devido à inexistência de um marco jurídico para a instância territorial (Medeiros e Dias, 2011).

No Território Raposa Serra do Sol e São Marcos, em Roraima, apenas dois projetos foram apoiados pelo Pronat, ambos referentes ao ano de 2009, somando um valor de cerca de R\$ 620,2 mil (SGE, s.d.). Nenhum desses projetos foi iniciado até o momento da pesquisa. Um dos projetos visava a construção de um Centro Comunitário e a formação e gestão territorial, e o outro procurava incentivar a

produção das culturas anuais dos povos indígenas do Território. Rosar, Cazella e Zimmermann (2013) relatam também a existência do Projeto Valorização da Agricultura Indígena, proposto pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para ser apoiado pelo Pronat, mas que tem sido viabilizado por meio de emendas parlamentares, já que os recursos do MDA ainda não foram liberados. Este projeto sofreu várias modificações a partir do diálogo com as comunidades indígenas. Como afirmam os autores, essa experiência sugere que a política de desenvolvimento territorial pode ser uma oportunidade ou espaço para a construção de projetos coletivos e de acesso a políticas públicas melhor adequadas às especificidades dos povos indígenas.

Entre 2003 e 2011, o Território Sudeste Paraense, no Pará, foi contemplado com 12 projetos, totalizando em torno de R\$ 3,3 milhões (SGE, s.d.). Destes, cinco projetos ainda não haviam sido iniciados, dois encontravam-se paralisados e um em atraso, o que significa que cerca de 67% dos projetos não apresentaram resultados. A metade foi selecionada até o ano de 2007 e beneficiaram-se de 54% dos recursos totais previstos pelo Programa para o Território. De acordo com Assis, Leite e Grisa (2013), a pouca eficiência na execução dos projetos gerou certo descrédito em relação ao Programa e afastou alguns atores sociais das atividades do colegiado territorial. Diferentemente de outros territórios analisados, a maioria dos projetos propostos neste território teve como proponentes a Secretaria de Estado da Agricultura e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, sendo os principais beneficiários os agricultores familiares e assentados vinculados à federações, cooperativas e movimentos sociais, portanto, minimamente organizados.

Como nos demais territórios, mais da metade dos projetos foram direcionados à aquisição, construção ou aperfeiçoamento de infraestruturas produtivas agropecuárias. Cabe ressaltar que dois projetos dedicaram-se à educação/formação, embora um deles ainda não tinha sido iniciado. Assis, Leite e Grisa (2013) citam um exemplo de projeto considerado de sucesso e emblemático para o território: a aquisição de veículos e equipamentos, que conseguiu estruturar o sistema de transporte para a coleta e a agroindustrialização de frutas e adquirir gôndolas de congelados e refrigerados para a exposição e a venda de produtos dos agricultores em uma rede de supermercados. A aquisição destes veículos e equipamentos permitiu o aumento da capacidade operacional da cooperativa na coleta de frutas dos cooperados e contribuiu para que os produtos permanecessem e fossem consumidos no próprio território. O aumento do poder aquisitivo da população do território, a maior incidência dos programas de transferência de renda e previdência social e o acesso a políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) encorajaram o aumento da produção de uma cooperativa de agricultores e o direcionamento dos seus produtos para o mercado local, ao contrário da interpretação prevalecente até então que se apoiavam na comercialização em outros estados do Brasil.

Entre 2003 e 2011, o Território Meio Oeste Contestado foi contemplado com 59 projetos apoiados pelo Pronat, totalizando em torno de R\$ 9,2 milhões, dos quais apenas um não havia sido iniciado durante a realização da pesquisa e outro encontrava-se em atraso (SGE, s.d.). Apenas 26 projetos e 25% dos recursos totais no período estavam previstos para serem executados/destinados até o ano de 2007, diferenciando este território dos demais. Dos 29 municípios que integram o território, 21 foram proponentes de algum projeto apoiado pelo Programa, concentrados em quatro municípios proponentes. De acordo com Tecchio (2012), a prevalência destes municípios está diretamente relacionada à presença de expressivas organizações da sociedade civil e ao relacionamento destas com as administrações municipais. Em um desses, o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) destaca-se como um ator coletivo com forte representação política, o que facilita seu acesso ao Programa; em outro, as últimas três administrações municipais mantiveram fortes vínculos e contaram com o apoio de organizações da agricultura familiar; no terceiro, o sindicalismo rural progressista busca angariar projetos para o município; e, no quarto, a presença ativa do MST também pode ser mencionada como um dos fatores que contribuem para a sua elevada frequência na proposição de projetos. De acordo com a autora, os oito municípios não contemplados com projetos foram os que

menos participaram do colegiado territorial.

Mais da metade dos projetos apoiados buscaram a aquisição, construção ou aperfeiçoamento de infraestruturas produtivas agropecuárias. Cerca de 10 projetos foram encaminhados para o apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar, seja por meio da construção/reforma de centros de comercialização, seja pela aquisição de veículos e equipamentos com esta finalidade. Existem alguns projetos voltados para a área da educação, apoiando as atividades de formação dos agricultores e a construção e ampliação da Escola Casa Familiar Rural. Também se observa o apoio ao cooperativismo de crédito por meio de projeto para a construção da sede da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) e da Cooperativa de Produtores de Leite. Como nos demais territórios selecionados, a expressiva maioria dos projetos é voltada para o setor rural, notadamente agrícola, buscando fortalecer a agricultura familiar.

Conforme entrevistas realizadas por Tecchio (2012), um dos principais fatores que explicam o destino dos recursos do Pronat no Território Meio Oeste Contestado é o grau de organização social dos grupos proponentes. Ainda de acordo com Tecchio (2012), alguns entrevistados reconhecem que os segmentos mais empobrecidos do território encontram muitas limitações quanto às possibilidades de beneficiarem-se desses projetos no curto prazo; no entanto, têm expectativas de que, no futuro, eles possam participar e também consigam ser favorecidos pelos projetos. Para outros entrevistados, no entanto, o critério de beneficiar os segmentos em maior situação de vulnerabilidade social não é considerado na seleção dos projetos.

### **3.2 PTC: ações realizadas nos territórios**

Esta seção analisa a gestão do PTC a partir de informações disponíveis na Matriz de Ações e nos Relatórios de Execução relativas aos seis territórios visitados, para o período de 2008 a 2010. O processo de planejamento das ações a serem desenvolvidas nos Territórios da Cidadania tem por referência a Matriz de Ações que é apresentada todo ano pelo governo federal. Essa matriz serve principalmente como instrumento de divulgação aos integrantes dos colegiados territoriais das ações previstas por distintos ministérios, com vistas a uma maior organização social, controle social e monitoramento das políticas públicas. Por sua vez, os relatórios de execução contêm informações sobre as metas físicas previstas e realizadas, e o orçamento previsto, empenhado e pago para cada ação, em cada território no ano fiscal referente. Tanto a Matriz de Ações quanto o Relatório de Execução do PTC representam inovações no que se refere à governança territorial de políticas públicas. Esses dois instrumentos permitem que os membros dos Colegiados monitorem os graus de execução de distintas políticas públicas e identifiquem os recursos financeiros a serem captados pelos territórios via a elaboração de projetos específicos.

Na Matriz de Ações, os ministérios definem os montantes de recursos por ações a serem aplicados nos territórios em duas categorias: ações territorializadas e não territorializadas. A maior parte das ações previstas na matriz tem seus recursos territorializados, ou seja, cada território tem um montante de recursos previstos segundo o tipo de ação. Já os recursos não territorializados correspondem às ações para as quais os ministérios não definem os territórios a serem beneficiados. Essas ações podem ser demandadas por todos os municípios brasileiros independentes de fazer parte de um Território da Cidadania. No entanto, aqueles que integram um território têm preferência no processo de seleção de projetos a serem financiados pelos ministérios ou sobre o volume de recursos a ser aplicado por uma dada política no território. Um exemplo de programa cujos recursos são territorializados é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que dispõe de um orçamento geral definido no Plano Safra e possui na Matriz de Ações a discriminação do montante previsto por território. Já o Programa Brasil Alfabetizado não tem seus recursos territorializados e o papel do colegiado especificado na matriz de ações consiste na “mobilização para adesão ao programa e informativo para o controle social”.

Em nenhum dos seis casos estudados se constatou inovações no sentido de estruturar unidades de planejamento no interior dos Colegiados, visando elaborar ou qualificar os planos territoriais com o propósito de propiciar uma maior capacidade de captação desse tipo de recursos não territorializados. Os colegiados territoriais não tinham cumprido a contento as suas funções de propor projetos relacionados a políticas públicas previstas na Matriz de Ações. Até o momento da pesquisa, somente algumas administrações municipais tinha utilizado o pertencimento do seu município ao PTC para justificar demandas junto a determinados ministérios. O que se verificou foi o início de um processo de reconhecimento da importância da Matriz de Ações no sentido de identificar ações de interesse para os territórios, bem como acompanhar os seus processos de implementação. O elevado número de ações previstas complexifica o papel dos colegiados, a maioria deles habituado a gerir exclusivamente a Ação Orçamentária de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf).

Essas deficiências constatadas nos territórios estudados relacionam-se com a falta de tradição no país do planejamento em escala intermunicipal. A maioria dos pequenos municípios rurais não dispõe de recursos humanos com experiência em planejamento territorial. Isso implica na necessidade de se prever um tempo mínimo de aprendizado para que ocorra a apropriação pelos delegados territoriais dos instrumentos de gestão instituídos pelo PTC. A ampla maioria dos delegados entrevistados desconhecia ou somente ouviu falar da Matriz de Ações e do Relatório de Execução, que fica disponível no *site* “Territórios da Cidadania”. Os três anos de existência desses instrumentos de gestão descentralizados de políticas públicas são ainda insuficientes para que ocorra a sua apropriação pelos atores locais. Isso é, em parte, acentuado pelo forte caráter *top-down* da política, também apontado em pesquisas anteriores (Delgado e Leite, 2011; Bonnal e Kato, 2011).

Em 2010, a Matriz de Ações para os 120 territórios previu 180 operações ligadas a 19 ministérios ou órgãos públicos federais. O MDA foi o ministério recordista com 36 proposições, seguido pelo Ministério da Saúde com 19, o Ministério da Pesca e Aquicultura com 16 e o Ministério da Integração Nacional com 15 ações. O Ministério de Minas e Energia registrou somente o Programa Luz para Todos. Cerca de 92% da provisão financeira total prevista na Matriz de Ações de 2010 foi constava como territorializados enquanto certa de 8% como não territorializados. Como destaca Tecchio (2012: 105), “apesar dos recursos não territorializados representarem apenas 8% do valor total previsto na Matriz de Ações, esse montante equivale ao valor médio anual de R\$ 371.702,00 por município brasileiro”. O montante médio de recursos não territorializados na Matriz de Ações é, assim, muito superior à média anual de recursos aportados por meio da ação do Proinf para a maioria dos territórios.

Ao longo dos anos de 2008, 2009 e 2010, os valores previstos para serem aplicados nos territórios pesquisados não foram integralmente alocados. Tomando em conta os Relatórios de Ações dos seis territórios, pode-se constatar que menos da metade dos valores previstos na Matriz de Ações foram efetivamente pagos, conforme Tabela 1 (em anexo). A variação entre a soma dos valores previstos para as ações, os valores que foram empenhados e os valores que aparecem como efetivamente pagos até dezembro de cada ano nos mostram que em três territórios (Irecê, Raposa Serra do Sol e Sudeste Paraense), o valor empenhado foi sempre superior ao valor indicado como pago. Nos outros três territórios, o valor que consta como pago é superior ao valor empenhado (Meio Oeste Contestado, Serra Geral e Sertão Ocidental)<sup>12</sup>.

Com o propósito de comparar os recursos financeiros pagos nos diferentes territórios, adotou-se como parâmetro de análise o valor *per capita*, dada a profunda diferença populacional existente. O

---

<sup>12</sup> É importante explicar que os valores empenhados e pagos que aparecem nas tabelas foram estimados a partir das percentagens indicadas nos relatórios sobre total empenhado e pago, tendo em vista o valor previsto (em reais). É curioso o fato de recursos não empenhados terem sido pagos, o que aparece em ações executadas nos territórios estudados, exclusivamente, no ano de 2008. Não encontramos nenhuma explicação sobre esta questão nos Relatórios de Execução, mas é possível que tal situação fosse decorrente do ajuste dos territórios ao programa que estava sendo instalado naquele ano.

tamanho populacional influencia no valor de recursos alocados, pois muitas políticas têm caráter universal (saúde, educação e assistência social) e os montantes de recursos das políticas têm correlação com o número de habitantes. Assim, a Tabela 2 (em anexo) revela que o Território Indígena Raposa Serra do Sol, apesar de apresentar o menor valor absoluto de recursos empenhados em 2010, é um dos que possui o maior valor *per capita*, logo atrás do território Serra Geral. O valor *per capita* médio do conjunto dos seis territórios é de R\$ 468,26 reais. Há de se considerar nessa análise as profundas diferenças de infraestruturas instaladas nesses territórios, que podem justificar essa distribuição desigual em razão dos custos operacionais das políticas. No território Raposa Serra do Sol e São Marcos, por exemplo, muitas comunidades só podem ser acessadas por transporte aéreo, o que aumenta de forma significativa os custos operacionais de determinadas políticas.

A Tabela 3 (em anexo) apresenta as cinco principais ações em cada um dos territórios para o ano de 2010, tomando como critério o montante de recursos empenhados do Relatório de Execução. De maneira geral se percebe que as ações de caráter assistencial se sobressaem em comparação às políticas voltadas para o apoio às atividades produtivas. O Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (Deficiência e Idoso) são as principais ações na maioria dos territórios estudados, à exceção do território Meio Oeste Contestado onde o programa com maiores investimentos no território foi o Pronaf. O programa Cresce Nordeste também figura como um dos principais no território Sertão Ocidental e Serra Geral. Esse programa consiste numa política do Banco do Nordeste que visa financiar, com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste a juros subsidiados, projetos econômicos nos três setores da economia. O Pronaf se sobressai no território Meio Oeste Contestado por se tratar de um território localizado numa região com elevado dinamismo econômico impresso por grandes e médias agroindústrias, que mantêm contratos de parceria com agricultores familiares.

É importante ressaltar que o Pronaf foi o programa de apoio à produção agropecuária com maior volume de recursos empenhados nos seis territórios em 2010. Destacam-se, também, o Programa de Aquisição de Alimentos, o financiamento de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e o Programa de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais. Embora a maioria dos casos tenham assentamentos rurais, o tema da reforma agrária encontra-se praticamente ausente da agenda de discussão dos delegados territoriais. No geral, as preocupações e reivindicações se voltam para os assentamentos já constituídos, com pouca ou nenhuma demanda e controle social em relação ao aprofundamento dos mecanismos de intervenção sobre a estrutura fundiária. Os temas da regularização e do crédito fundiário são praticamente desconhecidos pelos delegados entrevistados. No entanto, o enfrentamento da situação da pobreza de muitas famílias desses territórios passa pela resolução do acesso precário à terra.

#### **4. Considerações finais**

Este artigo procurou evidenciar alguns dos principais resultados da pesquisa “Aperfeiçoamento das políticas públicas de enfrentamento da pobreza rural na perspectiva do desenvolvimento territorial”. Como discutido, embora o Pronaf e, sobretudo, o PTC carreguem em seus objetivos a redução desta condição e a superação das situações de vulnerabilidade social, estas finalidades nem sempre estão explícitas para os atores presentes nos colegiados territoriais, conduzindo-os a reproduzir institucionalidades e compreensões sobre o desenvolvimento restritas aos setores da agricultura familiar, não raro os mais organizados, em melhores condições socioeconômicas e mais atuantes nos colegiados. Observou-se a carência de orientações e discussões mais clara entre gestores públicos, atores governamentais e da sociedade civil sobre as contribuições e as atribuições do enfoque territorial do desenvolvimento à redução da pobreza rural.

Em relação ao Pronaf, observou-se que determinados municípios – não raro, aqueles onde a pobreza não é tão expressiva *vis-à-vis* os demais – concentram os projetos apoiados pelo programa e estes destinam-se às populações rurais (dentre a agricultura familiar) mais organizadas e estruturadas

economicamente. É escassa a destinação de projetos para quilombolas, indígenas (exceto o caso do território Raposa Serra do Sol e São Marcos), assalariados rurais, mulheres ou jovens, geralmente considerados segmentos sujeitos a maior vulnerabilidade social. Ademais, há certa reprodução de projetos “convencionais” relacionados à produção agrícola, carecendo de ações que contribuam para mudanças estruturais na condição de vida da população local e que sejam inovadores no sentido de promover a diversificação das atividades econômicas e a valorização de distintos modos de vida. A redução da pobreza rural dos territórios geralmente não consiste em um objetivo explícito e prioritário dos projetos territoriais, ainda que os resultados destes e seus efeitos sinérgicos possam colaborar neste sentido.

No que concerne ao PTC, observou-se pouco protagonismo dos atores sociais locais na definição e na conformação das políticas públicas que incidem nos territórios e certa prevalência de ações assistenciais, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. Embora reconhecida a importância destas políticas públicas, ressalta-se que a redução da pobreza rural perpassa mudanças estruturais profundas, sem as quais as possibilidades de reprodução da vulnerabilidade social são assíduas. Entende-se que promover o acesso à desconcentração fundiária; o acesso à água; o acesso à infraestruturas como estradas, energia elétrica e o saneamento básico e o ingresso e a diversificação dos mercados são elementos fundamentais em uma estratégia de combate à pobreza nos territórios.

É preciso ressaltar que o período de realização da pesquisa (meados de 2011 a meados de 2012) coincidiu com uma fase de hesitação e de descrédito, no interior do governo federal, em relação à continuidade do enfoque territorial como eixo norteador de políticas públicas de desenvolvimento e de enfrentamento da pobreza rural. Esta situação afetou a implementação do Pronat e do PTC, que, de uma situação de programa prioritário no Governo Lula, passou a outra de relativa marginalização no início do Governo Dilma Rousseff. Tal conjuntura da política governamental atingiu, de diversas maneiras, os territórios estudados e foi expressa pela maioria dos atores entrevistados. O contexto de desmobilização e de desmotivação foi visível, sendo, por vezes, marcado pela avaliação de que o trabalho atualmente efetuado nos colegiados era um “tempo perdido”, tendo em vista a paralisação da iniciativa governamental. A falta de informações sobre o andamento dos programas, bem como a prioridade dada ao Plano Brasil Sem Miséria pelo governo federal – estruturado com uma metodologia de atuação muito diversa, que privilegia o recorte municipal e apresenta pouco diálogo com as políticas territoriais – retroalimentava o desânimo e o pouco otimismo acerca da continuidade dos programas territoriais.

Iniciativas recentes, como a criação de 74 novos territórios rurais em maio de 2013, podem sinalizar para tentativas de retomada das políticas territoriais no Brasil. Com base nos resultados desta pesquisa e de várias outras já realizadas no tema (Delgado e Leite, 2011; Favareto, 2010; Echeverri, 2009; Bacelar *et al.*, 2009), esta ampliação numérica poderia vir acompanhada de aperfeiçoamentos nas institucionalidades criadas; maior articulação entre programas e ações públicas no sentido de potencializar recursos (humanos e financeiros) e resultados; e, revisões nas políticas territoriais com vistas a contemplar efetivamente a diversidade de atores, setores e atividades dos territórios, promovendo o dinamismo econômico e social, com respeito às questões ambientais e culturais.

## 5. Referências bibliográficas

- ASSIS, W.; GRISA, C.; LEITE, S.P. 2013. Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Território Sudeste paraense (PA). In: LEITE, S.P. (org.). Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil. V.2. Brasília: IICA.
- BACELAR, T. *et al.* *Gestão social dos territórios*. Brasília: IICA, 2009.
- BARBOSA, R.; ZIMMERMANN, S.; TECCHIO, A., Território da Serra Geral (MG). In: LEITE, S.P. (org.). Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil. V.2. Brasília: IICA.

- BONNAL, P.; KATO, K. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: DELGADO, N.; LEITE, S. (orgs.). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília: IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14, 2011.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Territórios da Cidadania*. Plano de execução, 2010. Brasília: 2010. Disponível em: Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br> Acesso em: 06/01/2012.
- \_\_\_\_\_. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. *Série documentos institucionais 02-2005*. Brasília: SDT, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Resultado da Gestão Territorial: Gestão de Projetos. Sistema de Gestão Estratégica* - SGE. MDA, 2004 a 2010. Disponível em: [http://sge.mda.gov.br/projeto/projeto\\_re/index.php](http://sge.mda.gov.br/projeto/projeto_re/index.php)>. Acesso em: 26 set. 2011.
- \_\_\_\_\_. *Sistema de Informações Territoriais*. Síntese Brasil x Territórios. s.d. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1>>. Acesso em: 07/01/2012.
- DELGADO, N.G.; LEITE, S.P. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: DELGADO, N.G.; LEITE, S.P (orgs). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília, IICA. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 14), 2011, p.89-130.
- DIXON, J.; GULLIVER, A.; GIBBON, D. *Farming Systems and Poverty: improving farmers' livelihoods in a changing world*. Rome/Washington: FAO/World Bank, 2001.
- DELGADO, G.C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília (DF): IPEA, 2005, p. 19-50.
- ECHEVERRI, R. *Identidade e território no Brasil*. Brasília: IICA, 2009.
- FAGNANI, E. Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993/1998. In: *Economia e Sociedade*, v.13: 155-178, dez. 1999.
- FAVARETO, A. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial. In: *Políticas de Desenvolvimento Territorial no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: IICA, 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12).
- \_\_\_\_\_. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1994-1992. *Economia e Sociedade*, v.8, p.183-238, junho de 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>> acesso em 02.08.213.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA E APLICADA (IPEA). Mudanças recentes na pobreza brasileira. *Comunicados do IPEA*, nº.11, 2011.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). *Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas*. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, edição especial. Brasília: IICA, 2011.
- LASA, C.; DELGADO, N. O Território Irecê (BA). In: LEITE, S.P. (org.). Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil. V.2. Brasília: IICA.
- LEITE, Sergio P. (org.). 2013. Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil. Volumes 1 e 2. Brasília: IICA.
- LOPES, E.A.; DELGADO, N.; GRISA, C. Território Sertão Ocidental – SE. In: LEITE, S. P.(Coord.). *Produto 3: enfrentamento da pobreza, desenvolvimento territorial e políticas públicas: marco analítico e evidências a partir de cinco estudos de caso*. IICA, 2012.
- MATTEI, Lauro. Pobreza rural: um fenômeno histórico estrutural relacionado à estrutura agrária do país. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. *Boletim nº 14*, 2012. Disponível:

- <[http://oppa.net.br/artigos/portugues/artigo\\_OPPA\\_pt\\_041-01\\_2012\\_lauro\\_mattei.PDF](http://oppa.net.br/artigos/portugues/artigo_OPPA_pt_041-01_2012_lauro_mattei.PDF)>. Acesso em: 14 ago. 2012.
- MEDEIROS, L.; DIAS, M.M. Marco jurídico-normativo para o desenvolvimento rural com enfoque territorial. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (orgs.). *Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil*. Brasília, D.F., IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 14, 2011, p. 197-230.
- OSORIO, R.G.; SOARES, S.S.D.; SOUZA, P.H.G.F. Erradicar a pobreza Extrema: um objetivo ao Alcance do Brasil. *Texto para discussão 1619*, 2011.
- OTTE, J. *et al. Livestock sector development for poverty reduction: an economic and policy perspective livestock's many virtues*. Rome: FAO, 2012.
- RAVALLION, M. On multidimensional indices of poverty. *Policy Research Working Paper 5580*, february, 2011.
- ROSAR, D.B.; CAZELLA, A.; ZIMMERMANN, S. A. Território Indígena Raposa Serra do Sol E São Marcos. In: LEITE, S. P.(Coord.). *Produto 3: enfrentamento da pobreza, desenvolvimento territorial e políticas públicas: marco analítico e evidências a partir de cinco estudos de caso*. IICA, 2012.
- SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. OBSERVATÓRIO DE SERGIPE. Censo 2010: onde está a pobreza extrema em Sergipe? 2011. Disponível em: <<http://www.observatorio.se.gov.br/noticias/observatorio/95-censo-2010-extrema-pobreza-em-sergipe.html>>. Acesso em 29/08/2012.
- SEN, A. Elements of a theory of human rights. *Philosophy and Public affairs* 234, pp.315-356, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- TECCHIO, A. *Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC)*. 2012. 183 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas). Florianópolis: UFSC, 2012.

## Anexos

Tabela 1: Soma dos valores em R\$ para os anos de 2008, 2009 e 2010 dos recursos alocados nos territórios estudados

Território	Soma dos valores em R\$ - 2008, 2009 e 2010		
	Previsto	Empenhado	Pago
Irecê-BA	427.570.236,75	333.265.187,38	311.612.180,37
Meio Oeste Contestado – SC	523.241.462,77	367.584.560,22	451.142.401,57
Raposa Serra do Sol-RR	77.555.216,89	47.599.039,21	39.103.991,81
Serra Geral-MG	775.734.294,79	411.102.421,91	541.243.255,60
Sertão Ocidental-SE	705.786.286,23	656.546.432,43	724.693.314,16
Sud.Paraense-PA	778.139.943,24	537.371.216,82	435.455.949,37
Total geral	3.288.027.440,67	2.353.468.857,96	2.503.251.092,88

Fonte: Relatório de Execução do PTC de 2010.

Tabela 2: Montante total de recursos pagos no Relatório de Execução do PTC de 2010 e valor *per capita* por território

Território	População - 2010	Recursos pagos em 2010 (R\$)	Valor <i>per capita</i> (R\$)
Serra de Minas – MG	285.625	209.932.981,74	735,00
Raposa Serra do Sol – RR	27.748	19.027.969,14	685,74
Meio Oeste Contestado – SC	272.042	168.298.480,20	618,65
Sertão Ocidental – SE	455.467	280.722.414,13	616,34
Irecê – BA	402.828	159.875.612,11	396,88
Sudeste Paraense – PA	634.891	136.489.952,52	214,98
Total	2.078.601	974.347.409,84	468,75

Fonte: Relatório de Execução do PTC de 2010.

Tabela 3: As cinco principais ações segundo o volume de recursos financeiros pagos em cada território em 2010

Ações/Territórios	Irecê	Sertão Ocidental	Serra Geral	Sudeste Paraense	R. Serra do Sol	M. O. Contestado
Bolsa Família	75.436.462	71.753.128	41.383.749	44.022.195	6.756.794	10.505.036
BPC Deficiência	34.910.085	44.823.554	26.492.753	23.785.351	474.075	12.757.119
BPC Idoso	6.438.118	17.328.047	9.964.268	25.566.852	554.665	6.668.168
Ampliação da Cobertura de Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à Populações dos Territórios da Cidadania	6.922.343	7.723.074	5.454.106	2.822.638	2.358.918	4.462.871

Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	8.208.754	9.067.438	8.706.720	6.564.612	4.048.653	6.093.528
Saneamento em áreas Indígenas	-	-	-	-	1.316.100	
FNHIS - Habitação de Interesse Social	436.847	206.288	529.520	-	900.017	1.230.192
Cresce Nordeste	3.335.583	54.574.000	36.075.524	-	-	-
Nordeste Territorial	1.891.302	15.338.663	28.173.001	-	-	-
Assistência técnica a agricultores assentados	614.800	174.452	313.027	-	-	-
Crédito Pronaf	4.857.660	39.220.830	23.665.662	16.163.088	74.917	113.811.436
Total	143.051.956	260.209.478	180.758.335	118.924.740	16.484.142	155.528.352
Valor <i>Per capita</i> (R\$)	355,12	571,30	632,85	187,32	594,07	571,71

Fonte: Relatório de Execução do PTC de 2010.